

A INTERPOLAÇÃO DE SE E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A TEORIA DA CLITICIZAÇÃO

Lorenzo VITRAL
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

*Esse artigo investiga o decréscimo progressivo do fenômeno da **interpolação** da forma de terceira pessoa SE no português medieval e clássico. Adicionalmente, comparou-se o comportamento de SE com o da forma CÊ, do português brasileiro, que, segundo Vitral (1996), se encontra num processo de cliticização. A análise realizada mostrou-nos que a cliticização (1) deve ser vista como um processo heterogêneo, sujeito a estágios específicos e (2) faz parte de um processo mais amplo de gramaticalização.*

ABSTRACT

*This paper examines the progressive decreasing of the phenomenon of the **interpolation** of the third person form SE in medieval and classic Portuguese. Further, we compare the distribution of SE with that of the Brazilian form CÊ, which is part of a cliticization process, in the analysis of Vitral (1996). Our analysis shows that cliticization (1) must be considered a heterogeneous process, subject to specific stages and (2) is part of a larger grammaticalization process.*

PALAVRAS-CHAVE

Cliticização, Interpolação, Gramaticalização, Gramática gerativa, Português medieval.

KEY-WORDS

Cliticization, Interpolation, Grammaticalization, Generative Grammar, Old Portuguese.

Introdução

Em Vitral (1996), Vitral (1999) e Vitral & Ramos (1999), itens do português brasileiro, como as formas *ê* e *num*, são identificados e analisados como clíticos. Examinando a distribuição de, de um lado, *ê* e, de outro, s formas *você* e *ocê*, proponho, em Vitral (1996), que *ê* é um dos estágios de um processo de gramaticalização cuja etapa inicial é representada pela forma de tratamento *Vossa Mercê* (sobre a noção de gramaticalização, ver Heine, Hünemeyer & Claudi (1991), Hopper & Traugott (1993). *Cê*, por sua vez, é o penúltimo estágio desse processo, que pode ser descrito por meio das etapas que aparecem em (1):

(1) a. item lexical > b. item gramatical > c. clítico > d. afixo. (cf. Hopper & Traugott 1993)

A atribuição de estatuto de clítico a *ê* deveu-se à análise de dados como os seguintes:

- | | |
|---------------------------|-------------------------------------|
| (2) Pré-verbal | Modificado por advérbio |
| (a) (V)ocê pediu pra sair | (e) Só (v)ocê não consegue emprego. |
| Cê | *cê |
| Pós-verbal | Resposta |
| (b) Eu amo (v)ocê | (f) Quem ganhou? |
| * cê | - (V)ocê |
| | - * Cê |
| Posposto | Complemento de preposição |
| (c) Foi (v)ocê o culpado. | (g) Eu trouxe pra você. |
| Preposto | pr'ocê |
| (d) (V)ocê, ele não viu | * pra cê |

Coordenação

- (h) a Ele e (v)ocê podem votar contra.
- b. *Ele e cê podem votar contra.

Com exceção do contexto pré-verbal, em todos os outros ambientes a presença da forma *cé* causa agramaticalidade. Ora, nesses mesmos ambientes, não encontramos clíticos no português brasileiro falado. Um clítico não pode aparecer topicalizado como em (d), nem ser modificado por advérbio como em (e), não pode ser sozinho resposta a uma pergunta como em (f), isto é, um clítico precisa se escorar em algum outro termo ou ter um “hospedeiro”, não pode ser complemento de preposição como em (g), ambiente em que só encontramos as formas fortes ou tônicas, e não pode ser coordenado com uma forma tônica, como em (h), considerando que só coordenamos constituintes similares. Já no caso de (b) e (c), consideramos, de acordo com Kato (1994: 13) que “todos os casos de ênclise produzidos pelos aprendizes são produtos do contacto com a escrita ou da intervenção da escola”, ou seja, não encontramos ênclise no português brasileiro.

Essa análise fez surgirem várias questões de ordem empírica e teórica que têm sido desenvolvidas por mim e outros autores. Consultem-se, por exemplo, Alves (1999), Ramos (1997), Viana (2000), Corrêa (1998), Reis (1997), Vitral (1999), Vitral (2000), Vitral (2001).

Neste trabalho, trataremos da seguinte questão: se *cé* é um clítico, ou se encontra num processo de cliticização, ocorreria, em orações como (3), o fenômeno da *interpolação*, isto é, a não adjacência estrita do clítico e do verbo devido à presença de constituintes, no caso, a negação, entre os dois termos:

- (3) Cê não pode fazer isso!

Ora, o fenômeno da interpolação, como no exemplo seguinte, do

século XVIII, que existia, de forma ampla, no português medieval, e, de forma restrita, no português clássico, deixou de ser produtivo a partir do século XIX:

(4) “...quesem estabelecimento o não quer fazer...” (Documentos Históricos do Espírito Santo, citado por Pagotto 1993: 188).

O uso da interpolação de *não*, que, no português europeu contemporâneo, segundo Cunha e Cintra (1984: 315), é uma opção limitada à língua escrita de alguns escritores, é, seguramente, um recurso não mais disponível no português brasileiro. Como explicar, portanto, se *cê* é um clítico, a ocorrência de interpolação na totalidade dos casos, já que orações como as seguintes, em que *cê* aparece adjacente ao verbo, não existem em português:

- (5) a. Djalma disse que (*já) *cê* (já) tinha saído quando ele chegou.
b. Porque (*não) *cê* (não) exigiu uma outra lasanha?

Se compararmos as orações em (4) com as seguintes orações nas quais aparece o clítico *lhe*, destaca-se o contraste:

- (6) a. Djalma disse que (já) *lhe* (*já) tinha enviado o pacote.
b. Porque (não) *lhe* (*não) disse a verdade?

O contraste entre (5) e (6) mostra que *cê* se comporta de maneira oposta à de um clítico pronominal, no que concerne à interpolação.

A fim de tratar dessa questão, faremos um estudo do fenômeno da interpolação no português medieval e clássico, focalizando a trajetória da forma clítica de terceira pessoa, isto é, *se* e, em seguida, compararemos o comportamento desse clítico nesses períodos com o da forma *cê* no português brasileiro de nossos dias. A hipótese que iremos investigar pode ser colocada da seguinte maneira:

A cliticização deve ser vista como um processo diacrônico, previsto através de estágios discretos que deverão ser percorridos por cada processo específico de cliticização.

Nossa hipótese inverte os termos do problema colocado, isto é, a caracterização da interpolação nos contextos em que *cé* aparece não invalida atribuir-lhe o estatuto de clítico. Pelo contrário, a interpolação de *cé* passa a ser um fenômeno esperado tendo em vista que *cé* – um novo clítico – deverá trilhar estágios iniciais da cliticização que admitem a ocorrência de interpolação.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 1, são apresentados os corpora utilizados no trabalho e são discutidas questões a respeito da natureza desses corpora e da validade da comparação entre dados do português europeu e do português brasileiro. Na seção 2, são discutidas as razões que nos levaram ao cotejamento da partícula *se* com a forma *cé*. Alguns aspectos do trabalho de Martins (1994), sobre a interpolação no português europeu, são apresentados na seção 3. Na seção 4, encontra-se a análise dos dados que realizamos. Nas seções 5 e 6, é elaborada a análise de *se* como um clítico que é, estruturalmente, uma projeção máxima, no sentido da Teoria X-barra e são apresentadas algumas diretrizes por meio das quais pode ser pensado o desenvolvimento posterior de uma abordagem formal da gramaticalização. Nestas seções, utilizamos noções oriundas do quadro da Gramática Gerativa, como já fizéramos em Vitral (1999), mas nosso objetivo não é tomar parte do desenvolvimento das propriedades das operações do sistema computacional, no sentido de Chomsky (1995), e sim vir a *modelar um conjunto de proposições que analise, de maneira explícita, o papel das propriedades da gramática interna na descrição dos processos de gramaticalização*. Essa nossa escolha, que é programática, tem as seguintes consequências: (1) algumas das hipóteses propostas não estão suficientemente desenvolvidas, ou seja, no estágio atual do nosso trabalho, é inevitável correr alguns riscos em termos de objetividade; (2) nosso objeto de estudo força-nos a fazer certas opções teóricas dentre

o vasto conjunto de propostas atualmente em discussão no âmbito da Gramática Gerativa, ou mesmo, a modificar noções gerativistas a fim de adequá-las aos nossos propósitos.

Na seção 7, aspectos da trajetória de *se* no que diz respeito à sua origem e interpretação são comentados, levando-nos a propor que a evolução dessa partícula na língua pode também ser analisada como um processo de gramaticalização. Na seção 8, comparam-se características das formas *se* e *ce* que corroboram a hipótese formulada acima e explicita-se a razão da possibilidade do fenômeno exemplificado em (3). Nossas conclusões são apresentadas na seção 9.

1. Os Corpora

Como dissemos, analisaremos o percurso da forma *se* no português medieval e clássico com atenção ao comportamento desse clítico em relação à interpolação. Para o período medieval, que, no nosso caso, corresponde aos séculos XIII, XIV e XV, valemo-nos do corpus de documentos notariais editados por Ana Maria Martins (1994). Trata-se de 210 documentos de caráter jurídico, que estão guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal. Os documentos transcritos foram produzidos ao longo de três séculos, entre meados do século XIII e meados do século XVI.

As vantagens do uso desse tipo de documento não literário, segundo Martins, dizem respeito à possibilidade de controlar, possivelmente com mais sucesso, variáveis tais como diferenciação dialetal e estilística; e datar com precisão as formas encontradas. É preciso considerar também “a falta de textos originais e, para a maior parte da Idade Média, a inexistência de prosa de autor” (Martins (op. cit.: 2). Além disso, não corresponde à realidade a impressão de que textos jurídicos são inadequados para estudos em sintaxe diacrônica por serem pobres discursivamente e cheios de fórmulas sintáticas “cristalizadas”. Como nosso próprio trabalho mostrará, esse tipo de texto encontra-se, como qualquer outro, sujeito, evidentemente, à história,

permitindo-nos a observação de mudanças na língua.

Em relação ao período clássico, do qual consideramos os séculos XVI, XVII e XVIII, utilizamos cartas e textos literários extraídos do Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe, coordenado por Charlotte Galves (cf. Galves e Brito 1999). Os autores e textos desse corpus que foram utilizados são os seguintes:

- Século XVI: Sousa, Frei Luís de. A Vida de d. Frei Bartolameu dos Mártires.
Lobo, Francisco Rodrigues. Côrte na Aldeia e Noites de Inverno.
- Século XVII: Chagas, Antônio das. Cartas Espirituais.
Melo, D. Francisco Manuel de. Tácito.
- Século XVIII: Garção, Correia. Obras Completas.
Aires, Matias. Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Moraes.

Devido à disparidade de tamanho entre o corpus de documentos notariais (de agora em diante, corpus N) e o corpus Tycho Brahe (de agora em diante, corpus TB) – este já contém, parcialmente, 100.000 palavras –, procedemos da seguinte maneira: extraímos do corpus N todas as ocorrências da forma *se*, que totalizaram 190 ocorrências; em seguida, do corpus TB, retiramos dos textos de dois autores de cada século, como explicitamos acima, as primeiras 32 ocorrências da forma *se*, o que totalizou 192 ocorrências. Além de compatibilizar os corpora, o uso de amostra do segundo corpus pareceu-nos, como é justificado adiante, plenamente adequado aos nossos objetivos.

Nossas escolhas em relação aos corpora colocam-nos algumas questões. A primeira delas diz respeito à validade da comparação de textos de gêneros diferentes, como os documentos notariais do corpus N e os textos literários do corpus TB. Como mostro na seção 4, essa comparação não nos parece constituir problema: observando-se os períodos citados, há um decréscimo progressivo do fenômeno da in-

terpolação, que também se verifica, portanto, nos documentos notariais. O cotejamento adicional de documentos notariais do século XVI com textos literários desse mesmo século mostrou, como veremos, que a tendência ao decréscimo da interpolação independe do gênero dos textos.

Outras questões dizem respeito à legitimidade do confronto entre dados do português europeu e do português brasileiro e à definição da moldura teórica dentro da qual essa comparação pode ocorrer. Como se sabe, essas questões são recorrentes nos trabalhos de lingüística histórica que levam em conta o português brasileiro. Supõe-se, muitas vezes, uma certa continuidade entre o português europeu e o brasileiro, mas essa continuidade não pode deixar de implicar a possibilidade de escolhas pelo português brasileiro que não foram previstas ou trilhadas pelo português europeu. No entanto, como veremos, a análise da trajetória do clítico *se* comprova que houve prosseguimento no português brasileiro de tendências renovadoras apontadas no português europeu.

2. SE versus CÊ: justificativas

O clítico *se* mostra-se o item ideal na tarefa de descrever o percurso da cliticização portuguesa com o objetivo de compará-lo com a distribuição da forma *cê*. Duas razões podem ser dadas. A primeira delas é que, diferentemente dos demais clíticos, *se* pode associar-se, assim como *cê*, à posição do sujeito, estando relacionado com o caso nominativo, no sentido da Teoria do Caso (cf. Chomsky 1995) – este não é o caso, evidentemente, do *se* reflexivo. É verdade, por outro lado, que *se* e *cê* não parecem ocupar a mesma posição estrutural. Este fato não parece ser problema porque, como mostraremos, não é possível falar de homogeneização absoluta em relação aos clíticos. As características dos clíticos nas línguas românicas modernas, como o francês e o espanhol, têm sido vistas muito mais como particularidades dessas línguas do que como definidoras de uma categoria univer-

sal de clíticos. Inúmeros trabalhos recentes têm mostrado existir certa variação no comportamento de clíticos quando se comparam línguas ou mesmo períodos diferentes de uma única língua (consultem-se, por exemplo, Klavans 1982, Zwicky & Pullum 1983, Fontana 1993 e 1997, Vincent 1997 e outros). É preciso dizer também que mesmo quando se considera um período de uma língua, encontram-se discrepâncias de comportamento entre elementos reconhecidamente clíticos. Por exemplo, *se*, diferentemente dos demais clíticos portugueses, não pode sofrer elisão com outro clítico, o que sugere que ele tem mais autonomia fonética que os demais. Mas, de toda maneira, a diferença estrutural entre *se* e *el* deve ser explicada e veremos adiante como enquadrá-la nas nossas hipóteses. A segunda razão, que nos leva a comparar *se* e *el*, diz respeito ao fato de o percurso histórico de *se* poder se analisado como um processo de gramaticalização, que, em certo número de aspectos, é comparável com esse mesmo tipo de processo no qual a forma *el* está envolvida.

3. A Interpolação: Martins (1994)

O fenômeno de não adjacência entre clítico e verbo era comum no português medieval e clássico (cf. Ogando 1980, Martins op. cit., Pagotto 1993). No período medieval, a interpolação ocorria de forma ampla, isto é, vários tipos de constituintes, como sintagmas nominais, pronomes, negação, advérbios e sintagmas preposicionais, podiam se interpor entre os clíticos e o verbo. Observem-se os exemplos seguintes de Martins (op. cit.: 1.9.1) (os clíticos encontram-se sublinhados):

- (7) a. que sse ñ deue a estender esse maravedi (1296).
- b. e os que o ñ outurgare (1268).
- c. que se adeãte segue (1355).
- d. o quall pardieiro lhe logo enprazarõ (1494).
- e. asi como a até áqui derõ (1295).

- f. isto que lhes eu mado (1275).
- g. como os elles e a dita as Eigreia Auyã (1383).
- h. que as Ao dicto Monsteiro deuia Alguas pessoas (1357).

Uma questão pertinente é a da frequência desse fenômeno no período medieval: é relevante saber se a interpolação foi produtiva ou apenas marginal no português desse período. De acordo com a análise de Martins, o emprego de estruturas interpoladas é mais freqüente que o de estruturas não interpoladas. Observem-se os dois quadros abaixo, elaborados por Martins (op. cit.: 193), que apresentam a proporção entre a interpolação realizada e interpolação não realizada, considerados todos os clíticos. Neste último caso, considerou-se o clítico adjacente ao verbo em contextos de potencial interpolação. O quadro II apresenta os dados relativos à interpolação da partícula de negação *não*; o quadro I mostra-nos a interpolação com outros tipos de constituintes:

Quadro I – interpolação ¹ não

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI
Interpolação realizada	66,6%	69,1%	57,0%	51,7%
	26/39	78/113	70/123	62/120
Interpolação não realizada	33,3%	30,9%	43,0%	48,3%
	13/39	35/113	53/123	58/120

Quadro II – interpolação de não

	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI
Interpolação realizada	94,1%	96,8%	90,7%	90,0%
	16/17	30/31	13/14	18/20
Interpolação não realizada	5,9%	3,2%	9,3%	10,0%
	1/17	1/31	1/14	2/20

Esses valores mostram-nos que a interpolação era a construção preferida, aproximando-se, no caso da negação, a 100% das ocorrências. E a partir do século XV parece haver o início de um processo de

mudança, isto é, a frequência da escolha da estrutura sem interpolação começa a aumentar.

No período clássico, de acordo com Martins (op. cit.: seção 4.3), o fenômeno da interpolação começa a sofrer um outro tipo de mudança, que tem a ver com a natureza do constituinte que aparece entre o clítico e o verbo. “A partir do século XVII, a interpolação de *não* continua a registrar-se, enquanto a interpolação de outros constituintes desaparece” (Martins op. cit.: 564). A título de ilustração, aí estão alguns exemplos desse período utilizados pela autora:

(8) a. Porque se não póde servir e amar a um, sem ser inimigo do outro (Vieira, II, 334).

b. A história, assim como a poesia, eram para os antigos coisas sagradas e religiosas que se não tratavam senão debaixo da invocação dos deuses (Garrett, 78).

c. e o povo, não ousando voltar-se ainda contra elle já o não defendia porém, sumia-se covadamente (Oliveira Martins, 16)

d. e eu quero que desistam deste grande mal contra seu gosto, pois o não hão-de fazer por vontade (Vieira, II, 346).

Observe-se a seguir o quadro III, de Martins (op. cit.: 566), que nos permite averiguar as percentagens de ocorrência da interpolação de *não* em autores dos séculos (XV-)XVI a XIX e indicamos se, nos textos desses autores, existe ou não interpolação de outros constituintes:

Quadro III – Interpolação entre os sécs. XVI e XIX

	Interpolação de não	Há interpolação de outros constituintes?
A. de Albuquerque (1462?-1515)	64,9% (24/37)	sim
Damião de Góis (1502-1574)	100% (14/14)	sim
F. Mendes Pinto (1510-1583)	82,4% (14/17)	sim
Luís de Camões (1524?-1579)	56,6% (30/53)	sim
Diogo do Couto (1542-1616)	81,8% (18/22)	sim
F. Manuel de Melo (1608-1666)	89,5% (34/38)	sim
Antônio Vieira (1608-1697)	92,5% (37/40)	não
L. Antônio Verney (1713-1792)	26,3% (5/19)	não
A. Garrett (1799-1854)	92,6 % (25/27)	não
Oliveira Martins (1845-1894)	83,3 % (5/6)	não

Como o quadro III o mostra, há grande variabilidade, considerando os vários autores, no uso de estruturas com interpolação. Pode-se falar, no entanto, de perda progressiva de interpolação quando confrontamos os períodos medieval e clássico com o contemporâneo. Neste último, a interpolação deixa de existir, como vimos, como uma opção produtiva da gramática, limitando-se, com Cunha e Cintra dizem, à prosa de alguns escritores portugueses.

4. A Interpolação do Clítico SE

Nossa análise da interpolação de *se* está de acordo com os resultados de Martins para os clíticos tomados de forma conjunta. É óbvio que concorreu para esta conclusão o fato de parte do corpus ser o mesmo. De acordo com a análise realizada, encontraram-se, no corpus N, 190 ocorrências de *se*. Como, por exemplo, as construções abaixo:

- (9) a. ...que sse não deue a estender esse maravedi (corpus N,1296).
 b.e que dera daquella agua a qual herdamento uija da que sse mais podesse ajudar (corpus N,1310).
 c. ... segundo se en ella cõtijnha (corpus N,1434).
 d. ... de que sse o dicto Rodrigue anes procurador do dicto Conçelho deu por entregue (corpus N,1355).

Do total de 190 ocorrências, 18,4 %, isto é, 35 ocorrências acham-se em estruturas interpoladas. A seguir, observem-se os quadros IV, que nos fornece o percentual de interpolação com a negação e com outros constituintes, e V, que nos mostra o percentual de interpolação nas estruturas com a negação:

Quadro IV – percentual de interpolação de *se* (corpus N)

	com não	com outros constituintes
interpolação de se	3,2 % / 6	15,2 % / 29

Quadro V – percentual de interpolação de *se* nas estruturas com negação (corpus N)

com interpolação	sem interpolação
75 %/6	25 %/2

As conclusões que podemos tirar dos valores apresentados, apesar da exigüidade dos dados, estão em consonância com as tendências apontadas por Martins, isto é, a interpolação era produtiva, ocorrendo tanto com a negação quanto com outros constituintes e com esses últimos, ocorria em maior número.

Já no período clássico, também de acordo com o que encontrou Martins, há indícios de que a gramática do português começa a sofrer mudanças. Das 192 ocorrências de *se* selecionadas do corpus TB, apenas 5,2 %, isto é 10 ocorrências encontram-se interpoladas, sendo que, em todas elas, se trata da interpolação com a negação. Vejam-se os exemplos:

(10) a. em o qual se não destruam soberbos (corpus TB, Lôbo, XVI, p.16).

b. Enquanto se não conhecem bem instruídas (corpus TB, Melo, XVII, p.10)

c. ...as que se não vêem (corpus B, Garção, XVIII, p.113).

O quadro seguinte mostra-nos o percentual de interpolação de *se* em estruturas negativas que totalizaram 19 ocorrências:

Quadro VI - percentual de interpolação de *se* em estruturas negativas (corpus TB)

com interpolação	sem interpolação
52,6 % / 10	47,4 % / 9

Nossa análise comprova, portanto, que houve o desaparecimento das estruturas de interpolação com outros constituintes no período clássico. Essa conclusão está de acordo com os resultados de Namiuti (2001), que analisou a incidência da interpolação portuguesa no período clássico, considerando todo o corpus TB. O outro resultado relevante é o aumento da frequência das estruturas negativas sem interpolação: é o que nos mostra a comparação dos quadros V e VI.

Se considerarmos, finalmente, que, no português europeu contemporâneo, a interpolação é marginal ou preciosismo de linguagem e que, no português brasileiro, trata-se de um recurso inexistente, podemos reafirmar que esse fenômeno deixou de existir na nossa língua.

É possível voltar agora à objeção que expusemos anteriormente a respeito da validade da comparação entre corpus de gêneros diferentes,

isto é, no nosso caso, o uso de documentos notariais e de textos literários. Realizou-se uma análise adicional da interpolação que comparou a incidência desse fenômeno em documentos notariais do século XVI e em textos literários do mesmo século, extraídos dos dois corpora já citados. Nos documentos notariais do século XVI, encontramos interpolação de *se* em 13,9 % dos casos. É interessante atentar, então, para o fato de que a incidência desse fenômeno diminuiu se levarmos em conta o percentual de 18,2 % apurados nos três séculos anteriores. O uso da interpolação nos documentos notariais é maior, no entanto, do que foi apurado nos textos literários desse mesmo século, nos quais foram encontrados 6,5 % de interpolação. Essa diferença pode ser explicada pelo reconhecido caráter conservador dos primeiros, mas, apesar disso, não custa reafirmar, como se vê, que também esse tipo de texto está sujeito à história. Outro dado interessante em relação a esses documentos é que dos 13,9 % de ocorrência de interpolação, 8,5 % são de interpolação com negação; muito próximos, portanto, dos 6,5 % encontrados nos textos literários do século XVI, que só apresentam interpolação com negação. Desses valores, deduz-se também a diminuição da interpolação com outros constituintes que passou a ser de apenas 5,4 %.

Concluimos que o fato de os documentos notariais também sofrerem mudanças na direção que nos é pertinente, isto é, tendendo a diminuir a incidência de interpolação, elimina, pelo menos para esse fenômeno, a objeção acerca da legitimidade da comparação de textos de gêneros diferentes.

5. A Análise da Interpolação: clíticos como projeções máximas

Examinemos mais de perto agora as ocorrências de interpolação que destacamos em (9). É importante observar que, nesses contextos, o clítico *se* é o segundo termo da oração, aparecendo após um subordinante ou uma conjunção. O fato de clíticos poderem aparecer, sintaticamente, na segunda posição, e enclíticos, foneticamen-

te, em relação ao primeiro constituinte da oração tem sido descrito, modernamente, através do rótulo 2P (= second position). Várias línguas exibem esse fenômeno, dentre elas, o grego homérico, o espanhol medieval, e línguas modernas como o tcheco, o servo-croata e outras (cf. Taylor 1990 e 1996, Fontana 1993 e 1997, Rivero 1997, Radanovic-Kocic 1996, Progovac 1996). Pelo que se vê nos exemplos (9), também o português medieval é uma língua com clíticos 2P (cf. Martins (op. cit.). De fato, em 100 % dos casos de interpolação com outros constituintes que examinamos, o clítico aparece como segundo termo da oração, logo após um subordinante como *que*, ou conjunções com *segundo*, *poes* e *e*. Há, entretanto, exceções no português medieval, detectadas por Martins, em que os clíticos aparecem, por exemplo, na terceira posição na orações. Essas exceções, aliás, existem também nas línguas reconhecidamente 2P como o grego analisado por Taylor (1990). Na verdade, essa terminologia 2P deve ser vista apenas como um rótulo cômodo, descritivo, abrindo fenômenos que buscam uma abordagem explicativa. Pensar essa questão em profundidade exige uma análise mais ampla de dados do português e está fora do âmbito desse artigo.

Mas, mesmo assim, parece-me válido levar em conta a distribuição do clítico *se* nos casos que descrevemos: ele se aloca sempre numa posição entre o complementizador e a oração propriamente dita. Nas análises gerativistas desse fenômeno, supõe-se que o clítico se desloca de uma projeção argumental e ocupa uma posição entre as categorias C e IP (ou TP). Haveria também a possibilidade de considerar que o português medieval apresenta estruturas OV (isto é, Objeto-Verbo) residuais em orações subordinadas (cf. Parcero 1999). Essa segunda análise deve, contudo, ser descartada porque, como o mostra o exemplo (9d), o clítico pode aparecer antes do sujeito. Somos obrigados a dizer, assim, que o fenômeno 2P no português medieval se deve à aplicação de uma regra de movimento que desloca o clítico. As questões que se colocam, portanto, são (a) em que posição o clítico se aloca e (b) a que se deve a ocorrência desse fenômeno.

Há, pelo menos, dois tipos de análise para a questão (a) acima. A primeira delas supõe que existe algum tipo de categoria sintática entre C e IP e é esta categoria que abriga o clítico. Rivero (op. cit.), por exemplo, para descrever o espanhol medieval e o búlgaro, nomeia essa categoria de WP (= Wackernagel Phrase). Já Martins (op. cit.) propõe, baseando-se na análise de Laka (1990), que esta categoria é SP (=Sigma Phrase). Na versão dessa autora, SP é uma categoria abstrata que funciona como expressão sintática das operações de afirmação e de negação proposicionais. É o núcleo dessa categoria que, através do mecanismo da incorporação recebe, de acordo com Martins, o clítico interpolado do português medieval. A outra possibilidade de análise para o fenômeno 2P foi desenvolvida por Taylor (op. cit.), que considerou o grego homérico, e por Fontana (op. cit.) para o espanhol medieval. Para esses autores, o clítico 2P encontra-se adjunto à esquerda do domínio oracional IP.

Essas duas opções de análise dão conta de representar a distribuição do clítico interpolado que ocorre após um item da categoria CP. Porém, distinguí-las, do ponto de vista empírico, é muito difícil. A escolha por uma ou outra análise parece-nos calcada, na realidade, em razões internas à teoria, que, para serem explicitadas e discutidas, exigiriam um apanhado histórico das noções de movimento por substituição e por adjunção (ver Vitral 1992) para um comentário detalhado sobre essa questão), e também uma discussão acerca da noção de parcimônia e da estrutura de categorias funcionais que queremos admitir na gramática. Em relação a esse último ponto, há, por exemplo, o problema de justificar o conteúdo dessa categoria entre C e I. Essa dificuldade é visível na proposta de Martins: sua categoria Sigma é capaz de checar verbos, clíticos, negação e um afixo abstrato que indica afirmação. Por outro lado, a hipótese de que o clítico se incorpora ao núcleo de uma categoria sintática que é complemento de C parece mais compatível, teoricamente, com a Teoria da Checagem que se encontra atualmente em discussão no âmbito da Gramática Gerativa (cf.

Chomsky 1995). No entanto, essa opção de análise encontrará talvez mais dificuldades para lidar com a não obrigatoriedade desse movimento do clítico. De acordo com Martins (op. cit.: 190), por exemplo, “a interpolação não é obrigatória, isto é, há contextos de potencial interpolação em que esta não é actualizada”. Além disso, como vimos, a opção pela não interpolação não era marginal no português daquele período.

É evidente, porém, que a variabilidade do movimento do clítico é também um desafio para a análise baseada no movimento por adjunção ao domínio oracional IP. Essa questão da variabilidade pode encontrar tratamento promissor na hipótese da existência de gramáticas em competição, desenvolvida nos trabalhos de Kroch (1989, 1991), e Kroch & Taylor (1997). Apesar dessas dificuldades, vou adotar a opção de analisar o movimento do clítico como uma adjunção, o que se deve também à sua compatibilidade com a análise da gramaticalização que queremos desenvolver.

Consideraremos, assim, que o clítico 2P é deslocado, através da operação Mover, e adjunge ao domínio racional IP. Por meio do diagrama em (11) que representa o exemplo (9d), explicitamos essa análise:

- (11) ...[que [sse [[o dicto Rodrigue anes...[deu [t [t por entregue]]]]]]]
 CP IP IP DP I' VP SC

Esse movimento do clítico não viola a hipótese de Preservação de Estrutura de Emonds (cf. Chomsky 1995: 318) porque consideraremos, também de acordo com Fontana (op. cit.), que os clíticos 2P não são núcleos, mas projeções máximas. Como projeções máximas, eles podem, portanto, adjungir a outra projeção máxima, no caso, à categoria IP. Na análise proposta, importa, sobretudo, constatar que o clítico em (11) se encontra deslocado da posição onde é gerado e do seu lugar de “pouso”. Embora determinar sua posição de origem seja irrelevante nesse ponto da nossa análise, pois não nos ocuparemos de condições de localidade, consideramos que uma

das opções de análise é dizer que o clítico é oriundo da posição sujeito de uma mini-orção (“Small Clause”). Ainda de acordo com Fontana, os clíticos sofrem um processo de mudança que os faz caminhar de projeções máximas para núcleos, ou seja, de XP para X°. Para ele ainda, os clíticos são, num primeiro momento, elementos associados à categoria C, isto é, são clíticos-C e se tornam, num segundo momento, clíticos associados a INFL, ou clíticos-I. Essa descrição dos fatos foi também empregada por Rivero (op. cit.) na sua análise da cliticização em várias línguas. Observem-se, como ilustração, os exemplos seguintes, extraídos de Rivero (op. cit: 170), do servo-croata, (12 a), cujos clíticos são associados a C; do búlgaro, (12b), que apresenta clíticos ligados a I; e do espanhol medieval, (12c e d), que dispõe de um sistema misto, admitindo clíticos associados a C e a I.

(12)a. Da li nam Olga nesto dovikuje.

Q nos Olga alguma coisa disse?

b. Ako toj burgo go naprovi.

Se ele rápido isso faz.

c. Si lo el rey por bien toviere, mándeme quemar

Se isso o rei considerou por bem, mandar-me queimar

d. E si él mejor lo faze - dixo el rey.

E se ele melhor o faz - disse o rei.

Pode-se deduzir, de acordo com essas análises, que, como já dissemos, as características dos clíticos pronominais das línguas românicas modernas podem ser, na realidade, um resultado de um processo diacrônico de cliticização, e não condições universais e a-históricas de uma eventual categoria clítica abstrata. Que as propriedades dos clíticos das línguas românicas modernas não são exclusivas e universais já foi proposto por outros autores em análises de perspectivas diferentes (ver, por exemplo, Zwicky 1977, Klavans 1982).

6. A Abordagem Formal da Gramaticalização: algumas especulações.

A análise através da regra de movimento coloca, evidentemente, a questão de saber por que razão o clítico se desloca. Essa questão pode encontrar desenvolvimento a partir de certas noções propostas no âmbito do Programa Minimalista (cf. Chomsky 1995). Mas, como dissemos na Introdução, o nosso uso dessas noções visa, sobretudo, a demonstrar que noções oriundas de um quadro formalista podem nos instrumentalizar na descrição e análise dos fenômenos lingüísticos captados através da noção de gramaticalização. É nessa perspectiva, assim, que fizemos certas escolhas teóricas distintas da ortodoxia gerativista, o que nos parece legítimo já que nossos esforços têm se concentrado na tarefa, que se encontra ainda no seu início, de construir um objeto de estudo específico.

Para tratar, então, da questão da descrição do movimento do clítico, levaremos em conta a idéia de Chomsky de que a regra de movimento pode ser vista como um mecanismo de “atração” (cf. Chomsky 1995: 297). Vamos rejeitar, no entanto, a proposta de que uma categoria X se move a fim de entrar em relação com uma categoria Y porque X e Y têm traços idênticos que deverão ser checados. Essa proposta, que não nos parece, independentemente de sua formulação, de caráter explicativo real, é tautológica, gera dificuldades, como as apontadas em relação à categoria SP, proposta por Martins (1994), e também não consegue tratar do fenômeno de deslocamentos de clíticos.

A noção de atração de que necessitamos deverá ser, portanto, diferente da proposta por Chomsky. Trata-se da formulação seguinte:

(13) α atrai β se α é uma categoria gramatical, α c-comanda β , e β é definido por traços categoriais gramaticais.

Em (13), utilizamos o termo *gramatical* ao invés do termo *funcional*, que é corrente no gerativismo. A razão dessa escolha é simples e

sem qualquer efeito no conteúdo de nossas propostas: como nosso objetivo é desenvolver uma abordagem formal da gramaticalização, importa-nos evitar o termo *funcional*, definatório da perspectiva funcionalista que tem se apropriado, com muito proveito, da noção de gramaticalização na descrição de fenômenos lingüísticos.

(13) deverá incluir também alguma noção de localidade que consiga prever os resultados desejados, evitando que construções mal formadas sejam geradas, mas não trataremos desse ponto aqui. Além dessa condição, precisamos determinar igualmente os possíveis lugares de “pouso” da categoria que sofreu atração. Para lidar com este último ponto, levaremos em conta as seguintes noções de domínio, elaboradas a partir da discussão de Chomsky (1995: 177-179) sobre esse tema:

(14) o domínio de um núcleo α é o conjunto de nós categoriais contidos em $\text{Max.}(\alpha)$ e a categoria imediatamente dominada pela categoria “irmã” de α ; sendo que,

(15) $\text{Max.}(\alpha)$ é a menor projeção máxima com o estatuto de categoria plena que domina α .

Vamos propor enfim a noção de *domínio de atração* nos seguintes termos:

(16) o domínio de atração de um núcleo α inclui qualquer posição contida no domínio de α .

De acordo com essas noções, uma categoria pode ser atraída para as posições de especificador de aP, de adjunção a a ou para uma posição dominada imediatamente pela “irmã” de a.

Em (11), de acordo com (16), o clítico, que é um DP, encontra-se, portanto, no domínio de atração de C, isto é, na posição de adjunção a IP que é irmã de C. As outras duas posições lhe são

interditadas porque a primeira delas, a posição de especificador de CP, já se encontra preenchida por um operador sem matriz fonética que sinaliza a oração subordinada declarativa, e, a segunda posição, a de adjunção a C, não está disponível em razão da Hipótese de Preservação de Estrutura, ou seja, só um núcleo poderia estar adjunto a essa categoria.

Como dissemos, diferentemente das propostas usuais do Programa Minimalista, não consideraremos que o movimento do clítico se deve à checagem de traços. Esta hipótese não conseguiria explicar a distribuição do clítico medieval (e nem a dos clíticos atuais): ora, seria necessário estipular, sem qualquer base empírica e apenas para preservar a teoria da checagem, que a categoria C e os clíticos contém traços checáveis semelhantes. A hipótese que queremos desenvolver é que as categorias gramaticais têm a propriedade inerente de “atrair” outras categorias e que essa “força de atração” pode ser variável quando comparamos estágios de uma língua ou línguas diferentes. Nessa perspectiva de análise, é interessante notar que os clíticos podem sofrer uma modificação no domínio de atração e isso parece caracterizar o percurso diacrônico da cliticização, isto é, os clíticos podem passar do domínio de atração de C para o domínio de atração de I ou, em outras palavras, a atração de C perde “força” quando se comparam os períodos medieval e contemporâneo do português. A fim de ilustrar essa hipótese, consideremos os dois exemplos seguintes, o primeiro do português medieval e o outro do português brasileiro contemporâneo:

(17)a. Isto que lhes eu mândo (corpus N,1275).

b. O livro que eu lhe mandei.

Vê-se, assim, que, em (17 a), o clítico *lhes*, uma projeção máxima, se encontra adjunto a IP e, de acordo com nossas propostas, no domínio de atração da categoria C, que, nesse estágio do português, dispunha de “força de atração” para atrair o clítico. É interessante

notar também que, nessa oração, não foi o pronome *eu* que foi atraído por C, o que lança questões acerca do papel das condições de localidade nesses casos. Por outro lado, numa oração contemporânea, como (17b), a categoria C não é mais capaz de atrair o clítico *lhe* que, como núcleo, se encontra adjunto a I e, portanto, no domínio de atração desta categoria. No português clássico, teríamos um período de transição em que o clítico, quando interpolado, é ainda uma projeção máxima, mas se encontra sob o domínio de atração de I. Pode-se supor, além disso, que a atração de I, que, no português contemporâneo, concentra várias entidades, como o verbo, tempo, concordância, clíticos, modo, negação e talvez outras, pode se dever ao fato de I ser o núcleo ou o centro da oração.

Talvez o fenômeno da cliticização não seja o único que possa ser visto na perspectiva da “força de atração” das categorias gramaticais. O fenômeno V2, característica de estágios de muitas línguas, é outro caso pode ser analisado nessa ótica. Neste caso, a idéia a ser desenvolvida é que C deixa de atrair o verbo que passa a ser atraído por I.

É verdade, por outro lado, que as sugestões de análise acima são também estipulações que deverão ser desenvolvidas posteriormente. Há, por exemplo, restrições acerca de que categoria pode atrair que categoria e se essas restrições são mais bem analisadas por razões estruturais e/ou por razão dos conteúdos das categorias envolvidas. Não vou, porém, tratar aqui dessa questão, que envolve uma discussão mais ampla das possibilidades formais do conjunto de noções propostas. Deixo perceber, no entanto, a nossa tendência a considerar que as restrições são basicamente estruturais quando se considera a gramática interna e que aspectos de conteúdo, que venham a gerar construções mal-formadas, podem ser tratadas como condições de legitimação nas interfaces LF e PF.

Voltando ainda ao caso dos clíticos no português medieval, resta ainda um certo número de dificuldades que deverão ser explicitadas numa análise mais completa do fenômeno. A principal delas, no nosso modo de ver, diz respeito ao fato do clítico interpolado ocorrer em

orações subordinadas, majoritariamente, e em orações introduzidas por quantificadores, por advérbios “proclisadores” e por sintagmas focalizados, isto é, em ambientes de anteposição obrigatória de clíticos no português europeu atual (cf. Rouveret 1989, Martins op. cit.: 183-190).

Pode-se deduzir disso que, no português medieval, clíticos nunca ocorrem na primeira posição na oração. Esse fenômeno ocorre em várias línguas e foi descrito, no século XIX, através da conhecida lei de Tobler-Mussafia que pode ser enunciada como segue (cf. Tobler 1875, Mussafia 1898):

(18) Pronomes não acentuados não podem ocupar a posição inicial numa oração.

(18) é, na verdade, uma generalização descritiva que, seguramente, deve ser deduzida de um enunciado teórico mais abrangente. As análises da direção da cliticização fonética e dos padrões rítmicos das línguas parecem ser perspectivas promissoras nesse sentido (no que concerne ao português, ver Galves 1999, Abaurre e Galves 1998, Brandão de Carvalho 1989). Pode-se observar, no entanto, que, no português brasileiro, a restrição (17), como é sabido, não parece ser atuante:

(19)a. me passa o sal!

b. se vê muita gente pobre de espírito por aí.

Os dados em (19) mostram, então, que o fato de a forma *el* poder aparecer na primeira posição na oração não contraria, necessariamente, a nossa hipótese de que esta forma passa por um processo de cliticização.

Outro ponto a ser explorado é saber se a perda de substância fônica, que deverá incluir a perda do acento de palavra, e a perda de estrutura, isto é, a mudança de projeção máxima para núcleo, pode ser vista como uma consequência da atração exercida pelas categorias gramaticais, ou seja, a pergunta que queremos colocar em discussão é a seguinte:

(20) Pode a atração de itens exercida pelas categorias gramaticais ser vista como causa dos efeitos de redução fonética e semântica descritos através da noção de gramaticalização?

Como vimos, são as categorias gramaticais que atraem itens pertencentes a outras categorias gramaticais (e também pertencentes às categorias lexicais - o que deverá nos levar a reformular (12)), que passam a se alocar, através de movimento ou de inserção, nas posições previstas pelo domínio de atração das categorias gramaticais “atradoras”. A questão em (20) sugere, assim, que seja investigado se é essa “cooptação” de itens, exercida pelas categorias gramaticais, que provoca a redução fonética e a alteração da natureza do significado (ou “esvaziamento semântico”) captadas por meio da noção de processo de gramaticalização.

(20) tem, evidentemente, apenas um valor programático e necessitará de desenvolvimento e explicitação. Vê-se, no entanto, que, na nossa perspectiva, a noção de gramaticalização tem somente um valor heurístico e não é, *per se*, explicativa. As características dos processos de gramaticalização normalmente apontadas são, na realidade, a parte visível da aplicação de mecanismos da gramática interna que operacionalizam ou definem as condições de possibilidade desses processos.

As características da gramaticalização podem, portanto, ser pensadas a partir da determinação de propriedades da gramática interna, no sentido de Chomsky (1995), que se deixam balizar por princípios gramaticais. A unidirecionalidade dos processos de gramaticalização é, por exemplo, altamente esperada, levando-se em conta nossa hipótese sobre o papel da propriedade de atração das categorias gramaticais. Na literatura, tem-se apontado, entretanto, alguns contra-exemplos em relação à unidirecionalidade que, a nosso ver, são escassos e mal compreendidos. De toda maneira, talvez não seja impossível que os chamados contra-exemplos da unidirecionalidade possam ser descritos através de nossa abordagem do papel da atração das categorias gramaticais. É o que uma análise ulterior dessa questão poderá mostrar.

Uma questão importante é a que fator atribuir a propriedade de atração das categorias gramaticais. Podemos avançar a respeito desse ponto apenas mais uma especulação: de acordo com Vítal & Ramos (1999) (cf., também, Alves 1998), as categorias gramaticais não possuem *referência virtual* (cf. Milner 1982). Vamos considerar que essa característica as impede de obter itens do léxico que sirvam de “corpo” fônico para a expressão de seus conteúdos. Em princípio, a única maneira de elas obterem itens que as expressem é então através da “cooptação” de itens que já funcionam como itens de categorias gramaticais e lexicais. A “força de atração”, inerente às categorias gramaticais, é, assim, o mecanismo da gramática que viabiliza a “cooptação”.

Essa visão do fenômeno coloca-nos, evidentemente, um certo número de questões. Precisaremos determinar, por exemplo, o rol das categorias gramaticais universais que consideraremos e a razão da distribuição entre elas; os itens que podem ser atraídos por que categorias gramaticais; os tipos de dependência entre categorias gramaticais e lexicais que a gramática admite e outras. Apesar do caráter altamente especulativo das idéias dessa seção, o conjunto de propostas é coerente e tem chances de receber um tratamento explícito posteriormente.

7. A Trajetória de SE e a Indeterminação do Sujeito

Como vimos, a análise da trajetória do clítico *se* mostrou-nos que, do ponto de vista da forma, esse elemento faz sua entrada na língua como uma projeção máxima sob a “órbita” da categoria C e evolui no sentido de tornar-se um núcleo dependente da atração da categoria I. O fenômeno da interpolação e sua extinção podem ser analisados assim como a parte visível dessa mudança.

Vamos nos voltar agora para alguns aspectos da evolução de *se* que dizem respeito à interpretação dessa partícula. O clítico *se*, que, no português atual, participa de um bom número de construções, é originário do pronome reflexivo latino SE, acusativo (e ablativo) que, por sua vez, se vincula à raiz indo-européia *SE- que significa “à

parte, separado, para si”, de acordo com Romanelli (1975: 169). *Se*, a partir da construção reflexiva, expandiu-se na língua de maneira a formar, inicialmente, a chamada construção passiva-se, com concordância e, posteriormente, a construção conhecida como se-impessoal. Observe-se o que diz Naro (1976: 788):

“There can be no doubt about the historical chronology: the se-passive, with agreement and agent phrase, precedes the se-impersonal, without agreement or agent phrase, by several centuries.”

Essa construção se-impessoal que, como se sabe, apresenta seu sujeito interpretado como indeterminado se expande no português seguindo, provavelmente, segundo Nunes (1990:95), a ordem seguinte:

- (21)a) verbos transitivos diretos usados intransitivamente (ex.: Come-se muito no inverno).
 b) verbos intransitivos (ex.: Trabalha-se bastante neste lugar).
 c) verbos transitivos preposicionados (ex.: Precisa-se de empregados)
 d) verbos de ligação (ex. É-se feliz quando se é jovem)
 e) verbos ergativos (ex. Chegou-se tarde à reunião)
 f) verbos em construções passivas perifrásticas (aqui se é visto por todos)

Esse percurso de *se* pode, com segurança, ser identificado como um processo de gramaticalização. Temos, assim, sua origem lexical, que remonta ao indo-europeu, e sua progressiva ampliação, como indeterminador do sujeito, em construções variadas. Esse tipo de ampliação de contextos de uso é um dos critérios para “diagnosticar” os processos de gramaticalização (cf. Heine, Hünemeyer & Claudi op. cit.); e foi identificado na nossa língua, por exemplo, no trabalho de Vianna (2000) sobre os verbos modais. Note-se, porém, que, nesse estágio pelo menos, esse fenômeno de ampliação não implica mudança no sentido laboviano, isto

é, uma forma desaparecendo para dar lugar a outra (cf. Vitral 2001, Vianna 2000). Uma pergunta que se pode fazer é: em que sentido o se-indeterminador é mais gramatical que o se-apassivador? É difícil dar um tratamento explícito a essa questão. Os autores que trabalham com a noção de gramaticalização insistem que esses processos introduzem uma modificação da natureza dos itens, levando-os a adquirir um sentido abstrato em detrimento de um sentido mais concreto (sobre esse tema, ver Alves (1998), que levou em conta a noção de *extensão* na abordagem dessa questão, e Vitral & Ramos 1999). Entretanto, as análises de Nascimento (1984) e Nunes (1990), expressas no quadro gerativista, parecem ser compatíveis com o que precisamos e podem subsidiar uma discussão mais explícita dessa questão. Segundo eles, no caso do se-apassivador, como em *alugam-se casas*, *se* absorve o papel temático do argumento externo e o caso acusativo; já no caso do se-indeterminador, como em *aluga-se casas*, *se* tem somente a função de indeterminar a categoria vazia na posição sujeito e é essa categoria vazia que recebe o papel temático e o caso nominativo reservados ao sujeito. Como se vê, o se-apassivador recebe o papel temático, isto é, é o agente, mas isso não ocorre com o se-indeterminador. Essa descrição gerativista das diferenças entre os dois itens pode ser vista assim como uma caracterização da proposta de que o se-indeterminador é mais gramatical do que o se-apassivador, sendo, portanto, compatível com nossa hipótese de que o percurso de *se* pode ser analisado como um processo de gramaticalização.

8. Comparando SE e CÊ

Nessa seção, veremos como a análise desenvolvida para a trajetória de *se* pode nos auxiliar em relação ao problema, colocado na introdução, acerca da não adjacência da forma *ê* e o verbo, ilustrada pelo exemplo (3). Neste espaço, não poderemos comentar as várias consequências da nossa hipótese central, proposta em Vitral (1996), de que a forma *ê* se encontra num processo de cliticização, mas os vários trabalhos citados na introdução e na bibliografia poderão ser consultados.

Está claro, assim, que, na nossa perspectiva, a cliticização é um processo diacrônico, comportando, portanto, etapas que são identificáveis em estágios da evolução das línguas, e que podem, inclusive, ser atribuídas a itens diferentes num determinado estágio de uma língua.

Do ponto de vista estrutural, essa visão dos fatos deixa-se perceber através da hipótese de que os clíticos evoluem de projeções máximas para núcleos. Ora, essa hipótese permite-nos assim explicar a ocorrência da negação entre *œ* e o verbo, ou seja, *œ* deve ser analisado como uma projeção máxima que ocupa a posição de especificador de IP. Essa análise está representada abaixo:

- (22) [Cê [não pode [t [t fazer isso]]]
 IP I' NegP VP

Assim como os clíticos medievais, a forma *œ*, que se encontra no estágio inicial de seu processo de cliticização, é uma projeção máxima e pode, é claro, ocupar uma posição admitida às projeções máximas. Essa análise explica, enfim, a razão de a negação poder se interpor entre *œ* e o verbo. Já o caso de *se* é diferente: esse clítico já tem uma trajetória de alguns séculos na língua portuguesa. Ele passou, como vimos pelo estágio de ser projeção máxima, período em que admitia a interpolação, e, atualmente, na condição de núcleo, resultado de seu percurso diacrônico, aparece adjunto ao núcleo I e, portanto, não mais admite a interpolação.

Do ponto de vista do conteúdo, é possível também traçar a seguinte comparação entre *se* e *œ*, que reforça a hipótese de que as duas formas trilham processos de gramaticalização: essa última forma pode também ser usada como um indeterminador do sujeito em orações como (23) que foram discutidas em Alves (1998) (ver também Vitral & Ramos 1999):

- (23) Na primeira aula [de helicóptero], *œ* fica assim, meio babinha, mas depois é ótimo.

(ex. (51) de Alves op. cit.: 68)

É interessante notar que os usos de *se* e *cê* como indeterminadores do sujeito são os empregos mais recentes das duas formas, o que é previsto pelos pressupostos das análises que lidam com a noção de gramaticalização. Também prevista por esses trabalhos é a expansão dos contextos de uso das formas que se gramaticalizam, o que, como vimos, pode ser verificado em relação às ocorrências das duas partículas.

9. Conclusão:

Nossa discussão mostrou que a cliticização deve ser vista como um processo gradual e heterogêneo que é parte de um processo mais amplo de gramaticalização. Vimos assim que quando se compara o comportamento de formas reduzidas num determinado estágio de uma língua, em línguas diferentes ou em estágios diferentes de uma língua, constata-se uma certa heterogeneidade das propriedades dessas formas, o que nos forçou a concluir que a cliticização é um processo variável. Parece-nos, portanto, que devemos abandonar a idéia de tratar a noção de clítico como um tipo de categorização de propriedades universais e discretas. É descritivamente mais adequado tentar destacar estágios do processo de cliticização e verificar, para cada forma considerada, em que ponto se encontraria nesse processo. O passo adiante é explicar, ou fazer deduzir de propriedades da gramática, o fato de itens, em determinado momento da história da língua, se colocarem num percurso de mudanças que os leva a se reduzirem e a se tornarem clíticos. Na literatura, como se sabe, nada é dito sobre esse ponto e nossa proposta do papel da atração das categorias gramaticais pode, com boa vontade, encontrar um desenvolvimento mais objetivo posteriormente. Apesar dos riscos que corremos em termos de objetividade, essa, como disse, é a meta do nosso trabalho.

Referências bibliográficas

- Abaurre, M. B. & C. Galves (1998) As diferenças rítmicas entre o português Europeu e o Português Brasileiro: uma abordagem otimalista e minimalista. *D.E.L.T.A.* 14, 2, pp.377-402.
- Alves, N. (1998), *As Formas Você e Cê e a Indeterminação do Sujeito no Português Brasileiro*, dissertação de mestrado, UFMG
- Anderson, S. (1992), *A-Morphous Morphology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Aoun, J., N. Hornstein & D. Sportiche (1981) Some Aspects of Wide Scope Quantification, *Linguistic Inquiry* 18, pp. 537-577.
- Benmamoun, A. (1990) *Inflectional Morphology: Problems of Derivation And Projection*, Ms., USC.
- Brandão de Carvalho, J. (1989) Phonological Conditions on Portuguese Clitic Placement: on Syntactic Evidence for Stress and Rhythmical Patterns. *Linguistics* 27, pp.405-436.
- Bybee, J., R. Perkins & W. Pagliuca (1994), *Tense, Aspect and Modality in The Languages of the World*, University of Chicago Press, Chicago.
- Cardinaletti, A. & M. Starke (1994), *The Typology of Structural Deficiency On the three grammatical classes*, ms. University of Venice.
- Castilho, A. (1997) A Gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador: UFBA, n.19, pp.25-64.
- Chomsky, N. (1995) *The Minimalist Program*. The MIT Press, Cambridge.
- Cohen, M. A. (1988), “Gramaticalização e Reanálise na Língua Portuguesa: um estudo diacrônico, In: *Calígrama* 1, pp. 543-52, Belo Horizonte.
- Corpus Anotado de Português Clássico Tycho Brahe, coordenado por Charlotte Galvez, USP e UNICAMP.
- Corrêa, L.T. (1998), *A Forma Clítica de Pronome Pessoal no Dialeto Mineiro: Uma variante sociolingüística*, dissertação de mestrado, UFMG.
- Costa, J. (1996) Adverb positioning and V-Movement in English: Some More Evidence. *Studia Linguistica*, 50. 1: 22-34.
- Duarte, M.E.L. (1997) *A Sociolingüística paramétrica: perspectivas*.

Comunicação apresentada no 1º Seminário Nacional de Estudos Lingüísticos, João Pessoa.

Faraco, C. A. (1982) 'The Imperative sentences in Portuguese: a semantic And historical discussion. Phd dissertation, University of Stanford. UK.

Filetti, E. (1999), O Fenômeno de Objetos Implícitos nos Verbos do Português Do Brasil, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.

Fontana, J. (1993) Phrase Structure and the Syntax of Clitics of Spanish. Phd Dissertation, University of Pennsylvania.

Fontana, J. (1997) "On the integration of second position phenomena, in A. van Kemerade & N. Vincent (eds.) *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge: Cambridge University Press.

Frota, S. & M. Vigário (1999), Aspectos de Prosódia Comparada: Ritmo e Entoação no PE e no PB, ms., Universidade de Lisboa.

Galves, C. (1999) Relatório N° 1 do Projeto Temático "Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística. Unicamp.

Galves, C. & H. Britto (1999) A construção do Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe e o sistema de anotação morfológica, IV PROPOR

Haegeman, L. & Zanuttini (1991) Negative Heads and Negative Concord, ms., University de Genève.

Halpern, A. & A. Zwicky (eds.) (1996) *Approaching Second. Second Position Clitics and Related Phenomena*. Stanford: CSLI Publications.

Harris, A. & L. Campbell (1995) *Historical Syntax in Cross-linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

Heine, B., B. Hünemeyer & U. Claudi (1991) *Grammaticalization: a conceptual framework*, Chicago, The University of Chicago Press.

Higginbotham, J. & R. May (1981) Questions, Quantifiers, and Crossing. *The Linguistic Review* 1: 41-79.

Hock, H. H. (1991) *Principles of Historical Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Holmberg, A. & C. Platzack (1988) On the Role of Inflection in

- Scandinavian Syntax. Ms., University of Stockholm.
- Hopper, P. & E. Traugott (1993) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Huber, J. (1933) *Altportugiesisches Elementarbuch*. Carl Winters Universitätsbuchhandlung: Heidelberg. Trad. Port. De M.M.G. Delille. Lisboa, Gramática do Português Antigo, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- Ilari, R. (1984) Locuções negativas Polares: Reflexões sobre um Tema de Todo Mundo. *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos 10, Uberaba.
- Jackendoff, R. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: The MIT Press.
- Jerpersen, O. (1971) *The Philosophie de la Grammaire*. Tradução francesa de The Philosophy of Grammar. Paris: Editions de Minuit.
- _____. (1917) *Negation in English and other languages*. Kobenhavn: Bianco Lunos Bogtrykkeri.
- Kato, M. (1994) Português Brasileiro Falado: aquisição em contexto de Mudança lingüística, ms., Congresso Internacional sobre o Português, Lisboa.
- _____. (1999) Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *Probus*, 11 pp.1-37.
- Kayne, R. (1987) Facets of Romance Past Participle Agreement, ms., MIT.
- van Kemenade, A. & N. Vincent (eds) (1997) *Parameters of Morphosyntactic Change*. Cambridge; Cambridge University Press.
- Klavans, J. (1982) *Some problems in a Theory of Clitics*. Indiana University Linguistics Club. Bloomington.
- Kroch, A. (1989) Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change, *Language Variation and Change*, 1, pp.199-244.
- Kroch, A. & A. Taylor (1994), Remarks on the XV/VX alternation to early Middle English. Ms. University of Pennsylvania.
- _____. (1997), Verb movement in Old and Middle English: Dialect variation and language contact. In A. van Kemenade and N. Vincent

- (eds), *Parameters of morphosyntactic change*, 297-325, Cambridge: Cambridge University Press.
- Kurylowicz, J. (1964) *The Inflectional Categories of Indo-European*. Heidelberg: Carl Winter.
- Labov, W. (1972) Negative Attraction and Negative Concord, *Language* 48, pp.773-818.
- Labov, W. (1994) *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford: Blackwell.
- Ladusaw, W. (1979) Polarity Sensitivity as Inherent Scope Relations. Phd Dissertation, The University of Texas at Austin.
- Laka, I. (1988) Constraints on Sentence Negation: the Case of Basque, ms., MIT.
- Lightfoot, D. (1979), *Principles of Diachronic Syntax*, Cambridge, MIT Press.
- _____. D. (1999) *The Development of Language*. Oxford: Blackwell.
- Martelotta, M., S. Votre & M. M. Cezario (orgs). (1996) Gramaticalização no Português do Brasil – uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Martin, R. (1992) La Négation de Virtualité du Moyen Français, *Romania* pp.20-49.
- Martins, A. M. (1994) Clíticos na História do Português. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- Monachesi, P. (1999) *A Lexical Approach to Italian Cliticization*. Stanford: CSLI Publications.
- Matos & Silva, R. V. (1990) *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa Da Moeda.
- Mattoso Camara Jr., J. (1979) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Padrão.
- Meillet, A. & J. Vendryes (1948) *Traité de Grammaire Comparée des Langues Classiques*, 2e éd., Paris: Lib. Honoré Champion.
- Milner, J-C. (1982) *Ordres et Raisons de Langue*, Paris: Le Seuil.
- Moignet, G. (1965) L'Opposition Non/Ne en Ancien Français, *Tran*.

Ling. Litt., Strasbourg, T3, pp. 41-65.

Moritz, L. & D. Vallois (1994) Pied-Piping and Specifier-Head Agreement. *Linguistic Inquiry*, 25, 4, pp. 667-707.

Muller, C. (1984) L'Association Négative, *Langue Française* 62: 59-94.

Mussafia, A.(1898) Enclisi o proclisi del Pronome Personale Atono quale Oggetto, *Romania* 27, 145-6.

Namiuti, C. (2001) Interpolação no Português Clássico, trabalho de iniciação científica, IEL/UNICAMP.

Naro, A. (1976), The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese. A Study in Syntactic Change as a Surface Phenomenon, *Language*, v.52. n.4.

Nascimento, M. do (1984) Sur la Posposition du Sujeti dans le Portugais du Brésil, Tese de Doutorado, Université Paris VIII.

Nunes, J. M. (1990), O Famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador, dissertação de mestrado, Unicamp.

Nunes, J. J. (1945) *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Ogando, V. (1980) “A Colocación do pronome átono en relación co verbo no Galego-portugués medieval”, *Verba*, 7: 251-282.

Pagotto, E. (1992) A Posição dos Clíticos em Português: um estudo Diacrônico. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

Parcero, L. M. de J. (1999) Fronteamentos de Constituintes no Português dos Séculos XV, XVI e XVII, dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia.

Paredes Silva, V. L. (1998) Variação e Funcionalidade no Uso de Pronomes de 2ª Pessoa do Singular no Português Carioca. *Revista de Estudos da Linguagem*, v.7, nº 2, pp.121-138.

Perini, M. (1977), *Gramática do Infinitivo Português*, Petrópolis, Vozes.

Pollock, J-Y. (1989) Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP, *Linguistic Inquiry* 20, 3, pp. 365-474.

- Pontes, E. (1973), *Verbos Auxiliares em Português*, Petrópolis, Vozes.
- Progovac, L. (1996) “Clitics in Serbian/Croatian: Comp as the Second Position”, In A. Halpern & A. Zwicky (1996), *Approaching Second. Second Position Clitics and Related Phenomena*, Stanford: CSLI Publications.
- Radanovic-Kocic, V. (1996) “The Placement of Serbo-Croatian Clitics: A Prosodic Approach”, in A. Halpern & A. Zwicky (1996), *Approaching Second. Second Position Clitics and Related Phenomena*, Stanford: CSLI Publications.
- Ramos, J. (1996) A Alternância entre “não” e “num” no Dialeto Mineiro: um Caso de mudança lingüística, Ms., UFMG.
- _____. (1997) O Uso das Formas Você, Oê e Cê no Dialeto Mineiro, In Da Hora (ed.), *Diversidade Lingüística no Brasil*. pp. 43-60.
- Ramsden, H. (1963) *Weak-Pronoun Position in the Early Romance Languages*. Manchester: Manchester University Press.
- Reis, M. C. F. (1997), Sintagmas Adjetivais e Sintagmas Nominais em Função Adverbial: a questão dos traços de concordância, dissertação de Mestrado, UFMG.
- Ribeiro, I. (1993), A Formação dos Tempos Compostos: a evolução histórica das formas ter, haver e ser, In: I. Roberts & M. Kato (1993), *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp.
- Rivero, M. L. (1997) “On two locations for complement clitic pronouns: Serbo-Croatian, Bulgarian and Old Spanish, in: A. van Kemenade & N. Vincent (1997), *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Romanelli, R. C. (1975), *O Supletivismo Indo-Europeu na Morfologia Latina*, Imprensa Universitária, Belo Horizonte.
- Rouveret, A. (1989) “Cliticisation et Temps en Portugais Européen”, *Revue des Langues Romanes*, XCIII, 2.
- Said Ali, M. (1966) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos.
- Stauf, I. (1928) *Recherches sur le “ne” Redondant*. Paris: Rousseau.
- Taylor, A. (1990), Clitics and Configurationality in Ancient Greek,

Doctoral Dissertation, University of Pennsylvania.

Taylor, A. (1996) “A Prosodic Account of Clitic Position in Ancient Greek”, in: Halpern & A. Zwicky (eds.), *Approaching Second. Second Position Clitics and Related Phenomena*, Stanford: CSLI Publications.

Tobler, A.(1875) (=1912), Review of J. Le Coultre, *De l'ordre des Mots dans Chrétien de Troyes*, *Vermischte Beiträge zur Französischen Grammatik* 5. Leipzig: Hirzel, 395-414.

Traugott, E. (1980) Meaning-change in the Development of Grammatical Markers, *Language Science* 2, pp. 44-61.

Traugott, E. & B. Heine. (orgs.) (1991) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins.

Vincent, N. (1997), “The Emergence of the D-system in Romance”, In: van Kemenade & Vincent (eds.), *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge: Cambridge University Press.

Vianna, H. L. G. (2000), *A Estrutura Modal+Infinitivo em português: Gramaticalização e Modalização*, dissertação de mestrado, UFMG.

Zwicky, A. & G. Pullum (1983) Cliticization vs. Inflection: English n't. *Language* 59, pp. 502-510.